

# Ouro Paulista: Estrutura Domiciliar e Posse de Escravos em Apiaí (1732 a 1798)

Agnaldo Valentin

Economista pela FEA/USP, mestre em História Econômica pela FFLCH/USP

## RESUMO

*Este estudo acompanha, ao longo de cerca de sete décadas, a composição domiciliar e a estrutura de posse de escravos de Apiaí, período de ocorrência de dois episódios de exploração aurífera. Os resultados evidenciam que a primeira fase foi marcada pelo predomínio de fogos singulares e pela expressiva presença de escravistas. No segundo período notou-se a convivência de mineradores e moradores, já arraigados na região, estabelecendo um perfil peculiar: de um lado, apiaienses não-escravistas compondo unidades domiciliares simples, em especial casais com filhos; de outro, mesclavam-se escravistas coevos da fundação da vila e novos proprietários, atraídos pela ocorrência do “Morro do Ouro”, com posse escrava mais concentrada que a verificada anteriormente. A comparação da dinâmica observada em Apiaí com diversas localidades mineiras, tanto no auge da atividade mineratória como em sua decadência, indica semelhanças em ambos os estágios, ressaltando as particularidades destas localidades.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Apiaí, demografia histórica, estrutura de posse de escravos, estrutura domiciliar*

## ABSTRACT

*This study examines a seven-decade period in which two episodes of gold mining occurred in Apiaí, São Paulo, and tracks the household composition and the slaveholding structure.*

*The findings show that a first phase was marked by the predominance of singular households and a significant presence of slaveholders. In the second period, both miners and settlers lived there, composing a peculiar profile: simple households, usually a couple with children, on the one side; and slave-holding inhabitants who also had helped found the village, on the other side, and also newcomers attracted by the “Morro do Ouro”, whose slaves increased the previous rate of slave population. A comparison of the dynamics observed in Apiaí with those from several other mining regions in Minas Gerais, will highlight the similarities between them in each stage; not only of their mining activity but also of their decadence, taking into account the peculiarities of each locality.*

## KEY WORDS

*Apiaí, historical demography, slaveholding, household composition*

## JEL Classification

N36

## INTRODUÇÃO

A descoberta do ouro no Brasil ao final do século XVII foi um marco na ocupação do território brasileiro. Celso Furtado lembra que “*De Piratininga, a população emigrou em massa, do Nordeste se deslocaram grandes recursos, principalmente sob a forma de mão-de-obra escrava, e em Portugal se formou pela primeira vez uma grande corrente migratória espontânea com destino ao Brasil. O ‘facies’ da colônia iria modificar-se fundamentalmente.*” (FURTADO, 1989, p. 73) Os locais de maior produtividade concentravam-se no território das Minas Gerais e, secundariamente, em Goiás. Coube aos paulistas a descoberta dos primeiros veios, atividade já incorporada na rotina das expedições de apresamento indígena patrocinadas ao longo do Seiscentos no próprio território piratiningano.

A ocorrência de ouro na Capitania de São Paulo remonta à chegada de Martim Afonso de Souza na colônia. Ao tomar conhecimento da presença do cobiçado metal em sua parada na região de Cananéia, sul do litoral paulista, enviou uma expedição composta por 80 homens, que teriam sido emboscados e mortos pelos gentios habitantes da região (cf. MADRE DE DEUS, 1920, p. 121). Durante o século XVII, a administração portuguesa manteve interesses estreitos na região que envolvia as localidades de Iguape, Cananéia, Nossa Senhora da Conceição, Paranaguá e Curitiba. Conforme relata Pedro Taques Paes Leme, Dom Rodrigo de Castelo Branco, provedor e administrador geral das minas do Brasil, em viagem ao sul da colônia deixou, aos 27 de abril de 1680, um Regimento de Terras Mineraias, válido para as localidades de Iguape, Cananéia, Paranaguá, Curitiba e São Paulo (cf. LEME, 1980, p. 70).<sup>1</sup>

Nessa mesma época chegavam as primeiras notícias sobre os descobertos no sertão das Minas Gerais, cujo volume de ouro produziu um natural deslocamento das atenções, tanto por parte da administração portuguesa como também dos paulistas, desejosos do enriquecimento rápido.

---

1 Sobre a exploração do ouro em São Paulo nos séculos XVI e XVII, ver MAFFEI & NOGUEIRA (1966).

Entretanto, as ocorrências de ouro em território paulista continuaram a ser exploradas. Este trabalho enfoca uma dessas localidades, Apiaí, durante o período de 1732 a 1798.

Apesar de sua elevação à condição de vila datar de 1771, a localidade de Apiaí aparece claramente referenciada em documentos oficiais desde o início da década de 1730. Dessa época são os manuscritos mais antigos aqui analisados, indicados por Lourival Oliveira Júnior (1989), entre eles uma lista de moradores datada de 1732, cujo objetivo era fornecer a base tributária da região;<sup>2</sup> a outra fonte, abrangendo os anos de 1765, 1776, 1784 e 1798, compõe o conjunto de documentos conhecidos como *Maços de População*.<sup>3</sup> Ambas encontram-se depositadas no Arquivo do Estado de São Paulo.

Neste artigo focar-se-ão as modificações da composição domiciliar, com especial destaque para a participação relativa dos domicílios singulares e simples.<sup>4</sup> Em seguida, apresentar-se-ão a estrutura de posse de escravos, os principais atributos desses cativos e o vínculo entre os padrões de distribuição da propriedade escrava e a referida dinâmica domiciliar, sempre tendo como pano de fundo o evoluir econômico da localidade, que é sintetizado na próxima seção. Dentro dessa perspectiva, encerra-se este artigo com uma breve comparação entre o lugarejo paulista e as localidades mineiras investigadas por Iraci del Nero da Costa (1981) e Francisco Vidal Luna (1983 e 1986).<sup>5</sup>

---

2 AESP – *Lista de todas as pessoas que declaram existentes nestas minas de Paranapanema e seus distritos* – Papéis referentes às minas de ouro e ferro de diversas localidades. Casa de fundição e almoxerifado de São Paulo e Paranaguá, ordem 347, lata 97.

3 AESP – *Maços de População*, Sorocaba, 1765, rolo 188 e Apiaí, 1776, 1784 e 1798, rolo 1. Em 1765, Apiaí aparecia identificada como freguesia pertencente à vila de Sorocaba.

4 O conceito e tipologia de domicílio aqui utilizados estão baseados em COSTA (1981, p. 217).

5 O primeiro dos autores citados estudou a população e a estrutura domiciliar em Vila Rica para o ano de 1804; Luna acompanhou a estrutura de posse de escravos em diversas localidades mineiras em 1718 e 1804.

## O OURO EM APIAÍ

Ao contrário das localidades paulistas citadas na seção anterior, Apiaí guarda uma certa distância do litoral de São Paulo. Encravada no topo da Serra do Mar, seu primeiro núcleo populacional originou-se de um deslocamento de mineradores do arraial de Nossa Senhora da Conceição de Paranapanema, no início da década de 1730. No decênio anterior, descobertos da região de Paranapanema mereceram atenção do governo da Capitania que, havia pouco, perdera o controle administrativo da região das Minas Gerais (1720). Em 1728, o governador da Capitania, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, em visita ao arraial, deu posse a um corpo burocrático, normatizou as atividades mineratórias e estabeleceu a forma de cobrança do Donativo Real, cujo montante, 2,5 arrobas de ouro, foi calculado com base em 947 batéias presentes na região àquela época.<sup>6</sup>

Esta última cifra é superior à observada em 1732 quando, nas 8 paragens listadas no documento compulsado,<sup>7</sup> registravam-se 475 pessoas, entre livres e cativos. Tal redução parece guardar estreita relação com a diminuição da produtividade dos garimpos em Paranapanema. Os sinais dessa crise mineratória manifestam-se no trecho transcrito abaixo, retirado de uma petição dos moradores de Apiaí, datada do ano de 1737, cujo objetivo era obter a isenção do Donativo Real estabelecido em 1728:

*“(...) porém como no mesmo tempo floresceram as minas dos Goyases, com grande reputação e esperanças de maiores fortunas, foram desertando para elas a maior parte dos moradores daquelas de Pernampanema e Pyahy, com cuja*

6 O real donativo era um imposto especial pago pelo povo para certas despesas da família real portuguesa.

7 Algumas ressalvas são necessárias com relação à fonte utilizada. Das 8 localidades arroladas no documento, nenhuma delas foi claramente identificada como aquela que corresponderia a Apiaí. Tal observação caracteriza-se como um óbice à análise dos informes concernentes aos anos posteriores. Entretanto, diante da ausência de outros documentos que pudessem precisar melhor a delimitação geográfica de cada um dos núcleos, optou-se por conservá-los juntos. A localidade com maior número de habitantes denominava-se Cubatão, com 171 (35,8%) moradores. Em ordem decrescente, tem-se: Nossa Senhora da Conceição (90 ou 18,9%), Ribeirão (80 ou 16,8%), Capoeiras (47 ou 9,9%), Paranapitanga (32 ou 6,7%), Morro do Chaves (28 ou 5,9%), Sutil (21 ou 4,4%) e Fazenda São Pedro (6 ou 1,3%).

*deserção se cobrou somente no primeiro ano 1.453  $\frac{3}{4}$  de oitava, e no segundo ano 707  $\frac{1}{2}$  oitavas, e no terceiro, 358, e no quarto, 374 e no quinto 376 e no sexto e último 286 oitavas por irem em cada um dos anos diminuindo-se os moradores daquelas minas, desertando para as outras dos Goyases, em tal forma que vieram a ficar em uma muito diminuta povoação, não se achando nelas mais que cento e vinte escravos (...)*<sup>8</sup>

Esse esvaziamento populacional, associado à ausência de novos descobertos na região, parecem condicionar o evoluer demográfico da freguesia durante as três décadas subseqüentes. Em 1765 o capitão-mor Francisco Xavier da Rocha registrava a presença de apenas 123 pessoas livres. Não foram encontrados informes precisos sobre a ocupação desses moradores. Porém, num documento datado de 28 de setembro de 1767, da secretaria do governo de Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão - o Morgado de Mateus, governador que assumiu o comando da Capitania paulista após sua restauração<sup>9</sup> (1765-1775) -, questionava-se o secretário, entre outras coisas, sobre a quantidade de ouro produzida e a destinação dada a este metal.<sup>10</sup> Tal preocupação, manifestada cerca de dois anos após a posse do Morgado de Mateus, possivelmente esteja a indicar a manutenção de atividades mineratórias residuais durante esse período.

O segundo episódio de atividade mineratória em Apiaí inicia-se na segunda metade da década de 1770, com a descoberta do “Morro do Ouro”.<sup>11</sup> A população total da vila de Apiaí, 434 pessoas em 1776, passou para 819 habitantes em 1784, representando um incremento anual de 8,3%. O

8 AESP, Documentos Interessantes, V. 24, p. 237-40.

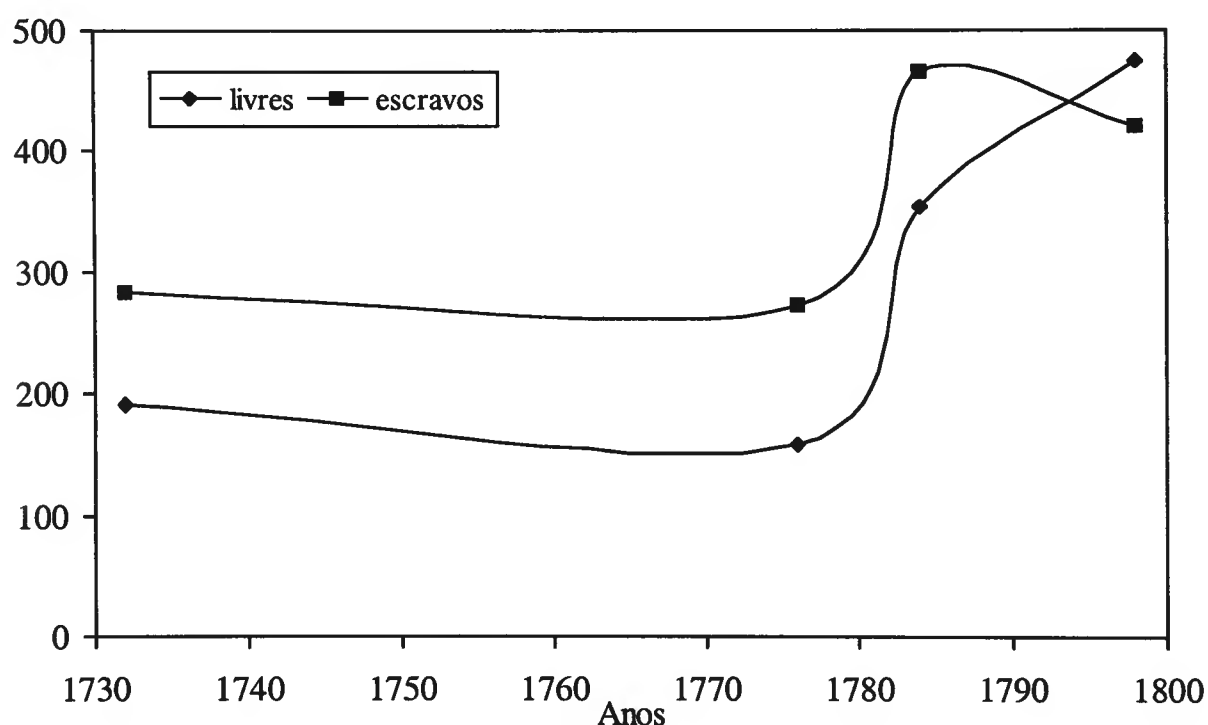
9 São Paulo esteve submetida à jurisdição da capitania do Rio de Janeiro entre 1748 e 1765.

10 AESP, Documentos Interessantes, V. 65, p.184-6.

11 O período de maior intensidade de extração do metal coincidiu com o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), que manteve uma significativa troca de correspondência com o corpo militar e burocrático da vila de Apiaí, exigindo rigor no cumprimento das ordens sobre a ocupação e exploração do novo descoberto (cf. AESP, Documentos Interessantes, V. 74, p. 264; V. 70, p. 256-7; V. 80, p. 92-3; V. 82, p. 29-30).

adensamento populacional registrado foi acompanhado por forte pressão da administração portuguesa. Entretanto, a expectativa de uma grande descoberta parece não ter sido concretizada. Já em meados da década de 1780 pode-se perceber que a exploração do aludido morro atingira seu auge. Como se infere da lista nominativa de 1798, apesar de muitos escravistas constarem como “mineradores”, o volume total de ouro atingiu a pequena quantia de 1.156 oitavas. Naquele mesmo ano, a população total registrada - 891 pessoas -, além de representar um ínfimo crescimento em relação ao ano de 1784 - um aumento de 8,7% em 12 anos -, mostrava pela primeira vez um predomínio de pessoas livres, conforme pode ser observado no Gráfico I.

GRÁFICO I - POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA - APIAÍ, 1732 A 1798



Fonte: AESP.

A mudança no padrão de crescimento da população livre entre 1784 e 1798 e a perda líquida de escravos no mesmo período decorreram, possivelmente, do arrefecimento da lide aurífera, compelindo parte de seus moradores a saírem de Apiaí. Destarte, entre os dois surtos mineratórios interpôs-se um considerável período de tempo no correr do qual, como será visto nas próximas seções, viram-se afetadas não só a própria existência da localidade,

mas, também, a composição dos domicílios e a estrutura da posse de escravos.

### ESTRUTURA DOMICILIAR

Pensar a composição dos domicílios em uma localidade primeva, cuja ocupação foi condicionada pela exploração de ouro, evoca a imagem de aventureiros em busca de enriquecimento, provavelmente desprovidos de família e dispostos a perambular pelos sertões durante anos a fio. Porém a fixação desses exploradores em determinado local nem sempre tem motivação clara. De um lado, o rápido esgotamento dos veios estimularia os mineradores a procurarem novos locais a serem explorados. Por outro, o estabelecimento de famílias parece ser um fator importante nessa decisão. Ao firmar ligação conjugal, o minerador errante cria relações de solidariedade e apego, que passam a disputar espaço com o desejo inicial de enriquecimento. Ademais, a fixação à terra ganha nova dimensão, pois deixa de ser vista como fonte imediata de alimentos e torna-se geradora de excedente, principalmente quando o ouro já não fornecia os retornos esperados. A delimitação desse problema em uma área que passa a apresentar desvantagens econômicas *vis-à-vis* outras oportunidades alhures torna esse processo mais complicado.

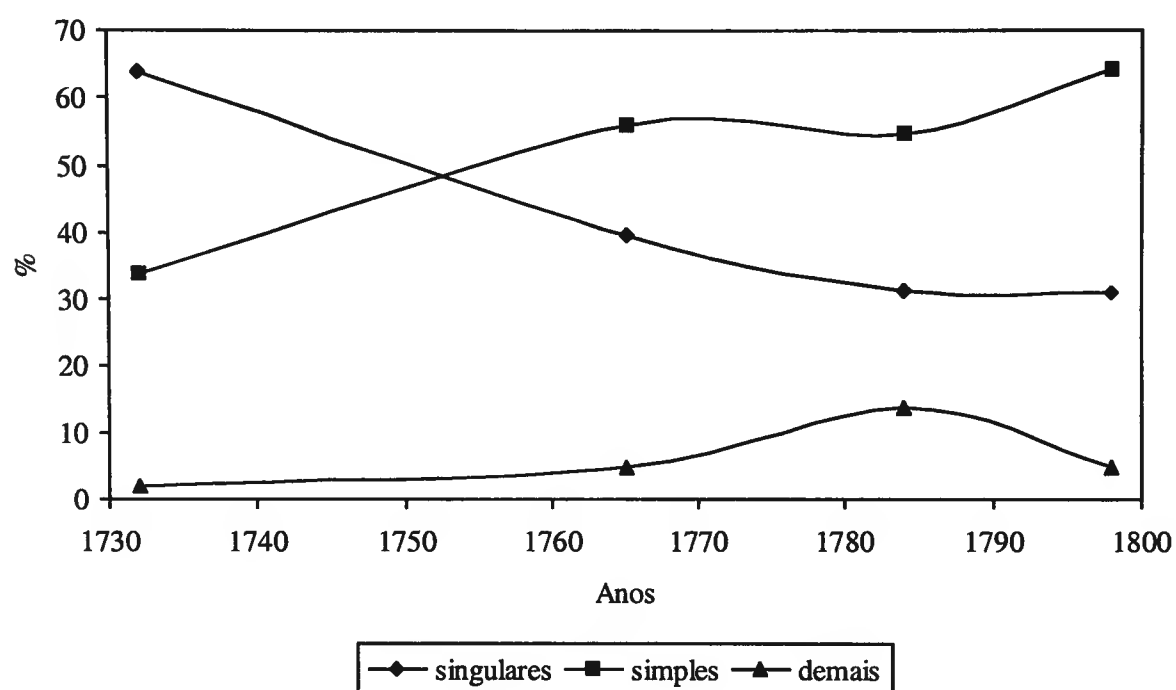
No caso específico da localidade em tela, o resultado desses intrincados fatores e condicionantes pode ser visualizado no Gráfico II, que apresenta a participação relativa dos domicílios entre 1732 e 1798.<sup>12</sup> Nesse gráfico são representados os domicílios **singulares**, isto é, aqueles compostos por chefes de domicílios sós, solteiros, viúvos ou casados com cônjuge ausente e sem filhos coabitantes; os **simples**, constituído pelo chefe do fogo,

---

12 Consoante Costa, a definição de domicílio é aqui entendida como sendo "(...) o conjunto de pessoas que mantêm laços de parentesco e/ou subordinação e vivem sob autoridade do Chefe de Domicílio – indivíduo a encabeçar a lista nominativa e que podia, ou não, ser o chefe de família." (COSTA, 1981, p. 217)

independente do estado conjugal ou presença do cônjuge, porém com filhos presentes, e os **demais**, estes últimos incorporando três categorias: os fogos sem estrutura familiar detectável por meio dos arrolamentos, os domicílios ampliados e aqueles cujo chefe de domicílio não morava em Apiaí ou estava ausente, tornando impraticável sua inserção na tipologia utilizada.

*GRÁFICO II - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS DOMICÍLIOS -  
APIAÍ, 1732 A 1798*



Fonte: AESP.

O rápido empobrecimento das faisqueiras de Paranapanema no início da década de 1730 impulsionou o deslocamento de parte da população para a região onde se estabeleceria a vila de Apiaí, conforme foi visto anteriormente. Por outro lado, outra parcela desses mineradores deslocaram-se para áreas mais distantes, como os descobertos de Goiás. Possivelmente refletindo o auge das atividades mineratórias nessa primeira fase, em 1732 mais de seis décimos (64,0%) das 100 unidades domiciliares arroladas classificavam-se como singulares, sendo 53,0% compostas por pessoas do sexo masculino e 11,0% por mulheres. Os domicílios simples representavam 34,0% e outros 2,0% não apresentavam estrutura familiar. Apesar de a sugestão do predomínio da categoria dos domicílios singulares guardar estreita relação com a atividade mineratória, na lista utilizada não constava a informação acerca da ocupação do chefe do domicílio. Utilizando um



outro documento coevo, que arrolava a quantidade de pessoas garimpando na região,<sup>13</sup> identificou-se 23 mineradores presentes na lista de 1732 - todos escravistas -, sendo 60,8% associados aos domicílios singulares e 39,1% aos simples.

O esgotamento dos veios provavelmente contribuiu, de forma substancial, para a inversão do quadro observado em 1732, conforme mostra o Gráfico II. Durante o interregno, tudo indica que as atividades mineratórias secundavam o labor com vistas à subsistência, favorecendo a fixação de um núcleo populacional perene. Assim, em 1765 o conjunto de domicílios simples passaria a ser o mais representativo, correspondendo à maioria dos casos (55,8% contra 39,5% dos singulares). Não foi possível obter essa distribuição para o ano de 1776; porém, em 1784 o crescimento dos domicílios simples parece sofrer impacto da categoria “demais”, que englobava os fogos sem estrutura familiar, os domicílios ampliados e aqueles de escravistas ausentes da vila, representando naquele ano 13,9% dos 102 fogos. Por fim, a participação dos domicílios simples em 1798 atingiria 64,3% contra 30,9% dos domicílios singulares.

Esse primeiro conjunto de resultados indica claramente o perfil descrito na abertura desta seção. A importância assumida pelos domicílios simples ao longo do tempo reflete o enraizamento populacional na região e os vínculos firmados na localidade, aqui medidos por meio da formação de famílias. Tais condicionantes, entendidos como freios à emigração, somam-se aos de ordem econômica, isto é, a continuidade da exploração dos veios auríferos já conhecidos, compondo a rotina desses moradores junto com as atividades agrícolas necessárias para a manutenção da população.

Esse quadro parece bastante consolidado na segunda metade do século XVIII, tanto assim que o impacto da descoberta do “Morro do Ouro” não chega a afetar o destaque do conjunto dos domicílios simples, apesar do significativo crescimento populacional verificado no período 1776-1784. O aumento relativo na participação do conjunto classificado como “demais”

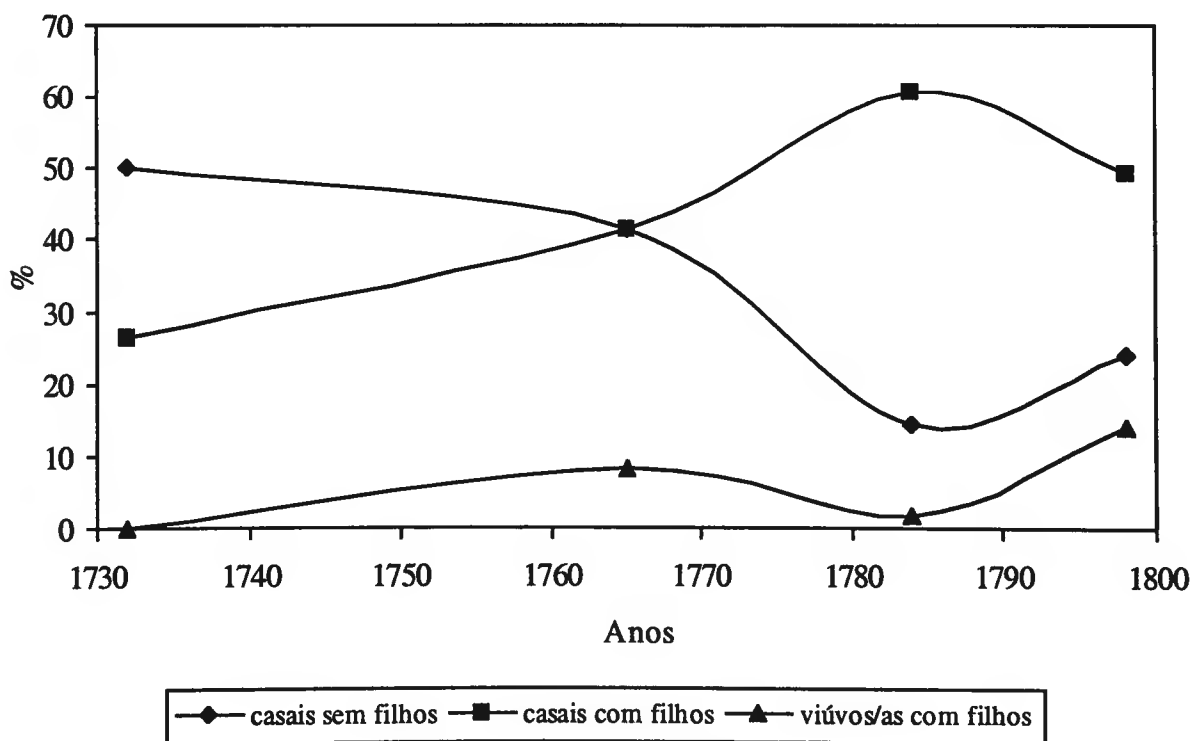
---

13 AESP - *Lista de todas as pessoas, escravos e carijós que se acham minerando nestas minas de Paranapanema* - Papéis referentes às minas de ouro e ferro de diversas localidades. Casa de fundição e almoxarifado de São Paulo e Paranaguá, ordem 347, lata 97.

domicílios, causado principalmente pela presença de escravistas não-residentes em Apiaí, reforça o argumento anterior, pois, como será visto adiante, esses proprietários apresentavam posses de cativos talhadas à lide mineratória. A presença desses escravistas parece sinalizar um relativo grau de complexidade na estrutura da vila que, ao que tudo indica, também atraiu conjuntos familiares completos, ao contrário da ocupação originária. Por fim, os efeitos da pequena monta do descoberto não implicaram o esvaziamento populacional; todavia, além de influir diretamente sobre o número de escravos, propiciou a retomada do ritmo de crescimento da participação dos domicílios simples, que havia sofrido uma redução em 1784, atribuível à dinâmica populacional observada nas décadas anteriores. Tal retomada, vale ressaltar, estava impregnada pela febre gerada pela nova corrida do ouro.

Destarte, os domicílios simples assumiam no contexto da vila um papel de destaque, uma vez que a eles pode ser atribuída parte da responsabilidade pela permanência do povoamento em Apiaí. O Gráfico III apresenta as três principais subcategorias desse conjunto de fogos.

**GRÁFICO III - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PRINCIPAIS DOMICÍLIOS SIMPLES - APIAÍ, 1732 A 1798**



Fonte: AESP.

Destaque-se inicialmente a elevada participação de fogos compostos por casais completos, com ou sem filhos, que alternaram a predominância ao longo dos quase 70 anos estudados. Em 1732 a participação de casais sem filhos (60,0%) superava a dos casais com filhos (26,5%). Já em 1765 essas duas subcategorias tinham participações idênticas (40,0%). Nos dois últimos anos considerados os casais com filhos tiveram peso relativo maior: 60,7% em 1784 e 49,4% em 1798, contra 14,3% e 24,1% para os casais sem filhos. A lista consultada para o ano de 1732 não fornecia a idade dos moradores, porém em 1765 a idade média dos chefes de domicílios dos casais com filhos (51,0 anos) era maior que a dos chefes dos casais sem filhos (34,5 anos). Em 1784, os 8 homens à frente dos fogos sem filhos tinham idade média idêntica aos 34 chefes de casais com filhos: 43,6 anos. Por fim, em 1798, a diferença percebida em 1765 repete-se: 35,3 anos e 46,3 anos para os chefes dos casais sem filhos e com filhos, respectivamente. A importância de viúvos ou viúvas com filhos era secundária em relação aos dois primeiros grupos: de fato, sua participação máxima chegou a 14,0% em 1798; nesse ano, a idade média desses viúvos e viúvas era de 48,6 anos. A peculiar condição observada em 1784 parece guardar relação com o fluxo migratório decorrente do novo descoberto, possivelmente estimulando a vinda de grupos familiares completos, aqui refletida na idade média relativamente alta dos chefes de domicílios nas duas subcategorias consideradas.

Ainda com relação à presença de filhos, merece ser destacado o conjunto de mulheres com filhos. Em 1732, elas representavam 14,7% dos casos de domicílios simples presentes na lista de moradores. Em 1765 não há registro sobre a presença desse tipo de arranjo; contudo, em 1784 ele corresponde a 9,0% dos casos e, em 1798, a 12,6%. Apenas em 1798 há informes consistentes sobre a condição conjugal dessas mulheres: dos 10 casos registrados, apenas uma era casada. A mesma situação ocorre com homens com filhos, que representavam 8,8% em 1732, 8,3% em 1765, 13,3% em 1784, não sendo registrados em 1798.

A consolidação dos núcleos familiares completos guarda relação com a dinâmica econômica propiciada pelos episódios de maior extração de ouro. Em 1732, além da supremacia dos fogos singulares, verifica-se que a

subcategoria dos domicílios simples com maior participação era a dos casais sem filhos, reforçando assim a imagem da região de recente ocupação, onde possivelmente parte dos moradores via sua condição de residente na localidade como transitória. Encerrado o primeiro surto, *pari passu* ao aumento da importância dos domicílios simples, nota-se o crescimento também dos fogos com famílias completas, isto é, casais com filhos, que apresentaram um ritmo crescente de participação, inclusive durante o segundo momento de exploração aurífera. Em outras palavras, é possível perceber uma sinergia entre os dois condicionantes, ao longo dos 40 anos posteriores ao primeiro momento de garimpo, resultando na consolidação de um perfil domiciliar marcado pela presença de unidades estruturais simples, resistente ao impacto do crescimento populacional propiciado pela descoberta do “Morro do Ouro” e emergindo em 1798 - momento que a faina mineratória já dava sinais de exaustão definitiva -, com o franco predomínio dos casais com prole.

### *ESCRAVOS E ESTRUTURA DE POSSE*

O Gráfico I mostrou a forte presença de cativos ao longo do século XVIII em Apiaí. De fato, pelo menos até 1784 os escravos representavam a maioria da população presente na aludida vila. Esse predomínio dos escravos sugere uma estreita relação com as atividades mineratórias desenvolvidas em maior ou menor grau durante todo o período aqui considerado. O forte desequilíbrio deve ter impressionado o governador Caldeira Pimentel, pois ao passar pela região em 1728, ele estabeleceu, no regimento deixado em Nossa Senhora da Conceição, graves punições tanto para o escravo que andasse armado nas áreas de mineração como para o proprietário que permitisse tal atitude.<sup>14</sup>

Mais de meio século depois, a presença de muitos escravos continuava a criar problemas para seus proprietários, conforme pode ser observado no trecho abaixo transcrito de uma carta enviada pelo governador Martim

---

<sup>14</sup> AESP, Documentos Interessantes, V. 26, p. 118-9.

Lopes Lobo de Saldanha à Câmara da vila de Apiaí ao 1º dia de fevereiro de 1782:

*“Constando-me que a ocorrência de negros que indispensavelmente se vão ajuntando nessa Vila e seu termo por conta do trabalho do Morro em que se tira ouro faz com que muitos fujam deste e se refugiem pelos matos, dando uma indizível perda a seus senhores e que para se coibir, se carece de capitães de mato que possam capturar a todos os refugiados e fugidos para prontamente serem entregues aos ditos seus senhores (...)”<sup>15</sup>*

Nos dois casos o “mau” comportamento dos cativos era associado às atividades mineratórias, demonstrando assim sua importância, nos distintos momentos, como aglutinadora da potencialidade de trabalho representada pela massa escrava presente na região.

Entrementes, apesar dessa dependência, o perfil da população cativa nos dois momentos era razoavelmente distinto. Em 1732 a razão de sexo entre os cativos igualava-se a 408,5 homens para cada 100 mulheres.<sup>16</sup> Já em 1776, o predomínio masculino era bem menor, assumindo esse indicador valor igual a 137,4. Em 1784, a presença de escravos masculinos volta a aumentar, sendo a razão de sexo calculada igual a 248,1. Por fim, em 1798, já na decadência definitiva das atividades extrativas, a participação dos homens sofreu novamente um decréscimo: 145,6. Nota-se a singular sensibilidade desse indicador nos momentos de maior dinâmica econômica, pois tanto em 1732 como em 1784, anos mais próximos ao auge da atividade aurífera, a participação masculina destacava-se em relação às observações posteriores. Por outro lado, não obstante a pequena quantidade

---

15 AESP, Documentos Interessantes, V. 83, p. 71.

16 A razão de sexo calculada para o referido ano deve ser encarada com algumas restrições, pois para 45 dos 284 escravos presentes (ou 15,8%) não foi registrado o sexo. Dessa forma o indicador poderia oscilar entre 504,3 (caso os 45 fossem todos homens) e 208,6 (se todos fossem mulheres). Ressalte-se ainda que, neste ano, notou-se a presença de 19 cativos registrados como “carijós”, correspondendo a 6,6% do total de escravos, considerados conjuntamente com os demais escravos nas análises aqui tecidas.

extraída, o ouro de Apiaí parecia ser suficiente para arregimentar plantéis específicos que desempenhassem com maior eficiência a extração do precioso minério.<sup>17</sup> Ainda sobre os dois anos com maior participação masculina, há evidente disparidade entre 1732 e 1784. Parte dessa discrepância decorre da baixa razão de sexo observada em 1776, vale dizer, durante o intervalo entre os dois eventos auríferos manifesta-se a impossibilidade de reposição de cativos masculinos em volume suficiente para a manutenção da desproporção observada na década de 1730. Essa condição também é percebida no último ano da série aqui enfocada: se em 1784 haviam 330 escravos do sexo masculino e 133 mulheres, em 1798 a quantidade de homens sofreu uma redução de 24,5% (249 escravos), ao passo que o número absoluto de escravas aumentou para 170, um crescimento de 27,8%.<sup>18</sup>

Os informes para idade dos escravos só são disponíveis a partir de 1784. Nesse ano, a idade média observada foi de 22,5 anos: 23,9 anos entre os homens e 18,4 anos para as mulheres. Em 1798 esses valores eram iguais, respectivamente, a 22,8, 24,5 e 22,9 anos. Apesar do envelhecimento da população feminina entre os dois anos, seu impacto sobre a idade média total é bastante reduzido. Considerando o quadro já apontado de perda da população cativa masculina entre os dois anos, possivelmente a manutenção do perfil relativamente jovem da população escrava esteja assentada no nascimento de novos escravos. Em 1784 a relação entre crianças de 0 a 9 anos e mulheres de 15 a 49 anos entre os escravos era igual a 1,08; já em 1798, esse indicador era de 1,02, enquanto na população livre esses valores eram, respectivamente, 1,37 e 1,51.<sup>19</sup> Ademais, a participação dos infantes na população escrava era crescente: em 1784 as crianças cativas com até 14 anos representavam 28,5% do contingente escravo em Apiaí. Em 1798 esse percentual era igual a 34,1%. Ao que tudo indica, a composição sexual e etária

---

17 Em nenhum dos documentos consultados – exceto a lista nominativa de 1798 – constava a quantidade de ouro extraída. Alice Canabrava indica uma estimativa de 23.205 oitavas entre os anos de 1751 e 1762, calculados a partir dos registros da Casa de Fundição em São Paulo (cf. CANABRAVA, 1972, p. 116).

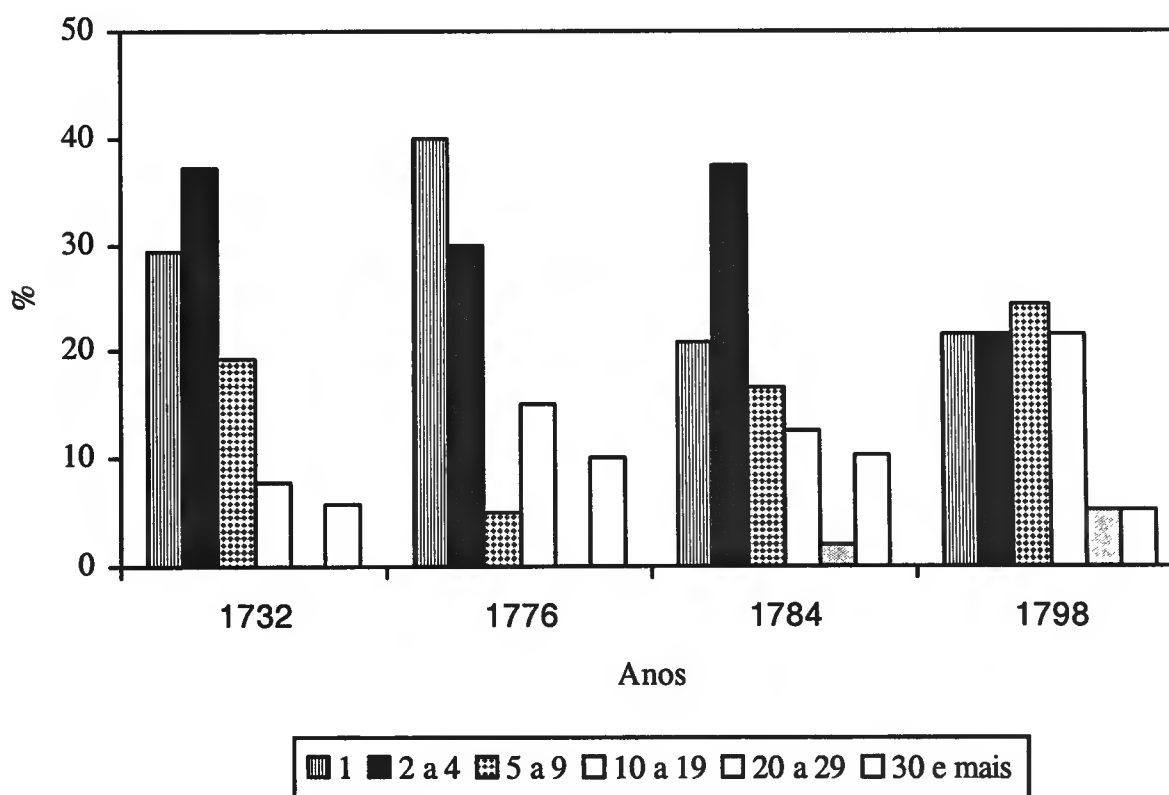
18 As listas consultadas não permitiram a identificação do sexo de 3 escravos em 1784 e 1 em 1798.

19 Os valores observados para a população escrava eram maiores do que os observados na localidade mineira de Campanha em 1831, 0,89 (PAIVA & KLEIN, 1992, p. 139-140) e semelhantes aos descritos por Horácio Gutiérrez no Paraná em 1804, 1,03 (GUTIÉRREZ, 1986, p. 48).

da escravaria apiaiense, ao menos no segundo *boom* mineratório, deveu-se tanto ao afluxo de novos cativos, indicado pela elevação na razão de sexo observada em 1784, como por taxas positivas de crescimento natural, provocando um diluimento do efeito migratório causado pelos novos escravos, diferentemente do observado nos primórdios da colonização na região.

Essa última consideração permite pensar numa situação dicotômica em relação aos escravistas presentes nas décadas de 1770/1780. De um lado, há aqueles descendentes dos proprietários presentes no primeiro surto mineratório, com posses mantidas talvez por eventuais compras mas principalmente por aumento vegetativo do número de cativos. De outro, novos proprietários, atraídos pelo novo descoberto, com plantéis compostos principalmente por escravos masculinos em idade apropriada ao pleno exercício das atividades físicas necessárias para a extração do ouro. Conforme mostra o Gráfico IV, a distribuição desses proprietários segundo o tamanho dos plantéis sofreu variações significativas ao longo do tempo.

**GRÁFICO IV - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS ESCRAVISTAS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS - APIAÍ, 1732 A 1798**



Fonte: AESP.

Os pequenos proprietários - até 4 cativos - perfaziam a maioria pelo menos até 1784: 66,7% em 1732, 70,0% em 1776, 57,3% em 1784 e 43,2% em 1798. Concomitante à redução na participação relativa, observa-se também que esse decréscimo é sentido primeiramente entre os proprietários de plantéis unitários que, após representarem 40,0% dos casos em 1776, estabilizam sua participação em torno de 20,0% nos dois anos seguintes. Os escravistas proprietários de 2 a 4 cativos, com 37,5% da participação em 1784, atingem 21,6% em 1798.

De outro lado, nota-se o relativo aumento na participação dos plantéis médios (entre 5 e 19 escravos), que passaram de 27,8% em 1732 para 45,9% em 1798. Por fim, os grandes proprietários - com 20 ou mais escravos - atingiram sua participação máxima em 1784, com 12,4%, valor semelhante aos observados em 1776 (10,0%) e em 1798 (10,8%), além de ser praticamente o dobro daquele registrado em 1732 (5,9%).

O confronto dessa distribuição com os episódios mineratórios revela alguns fatos significativos. A principal conclusão mostra o perfil relativamente distinto dos mineradores nas fases posteriores aos períodos de maior intensidade do garimpo: em 1732, assim como em 1784, momentos mais próximos ao auge da extração mineratória, a distribuição dos proprietários entre as diferentes faixas de posse guarda semelhanças. Já em 1776 verifica-se uma intensificação da presença de pequenos proprietários, ao passo que em 1798 os proprietários de posses médias rivalizam com os pequenos no predomínio da distribuição.

No último dos anos, parte do crescimento das posses médias deve ser creditado ao processo de transmissão do patrimônio familiar entre gerações. Tome-se, por exemplo, o caso de Manoel da Roza Luiz. Esse proprietário, presente em Apiaí pelo menos desde 1765, possuía então uma riqueza avaliada em Rs 1:000\$000. Em 1776, Manoel, com 63 anos, casado e pai de 11 filhos, possuía 37 escravos que eram utilizados em atividades mineratórias. A morte de Manoel, provavelmente ocorrida em 1783, transferiu a chefia do fogo para a viúva Maria Assunção da Roza que, em 1784, coabitava com 9 dos 11 filhos e mais 53 escravos. Não se sabe quando o inventário foi processado, porém em 1798 todos os filhos apareciam como



proprietários de plantéis de médio porte.<sup>20</sup> Eram eles: capitão Rafael de Oliveira Roza, 40 anos, solteiro, dono de 18 escravos; alferes Antonio de Oliveira Roza, 30 anos, solteiro, 9 escravos, José de Oliveira Roza, 26 anos, solteiro, 6 escravos, Escolástica de Oliveira Roza, 40 anos, solteira, 9 escravos, Roza do Livramento, solteira, 38 anos, 13 escravos, Barbara de Oliveira Roza, 39 anos, solteira, 8 escravos, Margarida de Oliveira Roza, solteira, 36 anos, 10 escravos, Maria de Oliveira Roza, 24 anos, solteira, 8 escravos, além de Anna de Oliveira Roza, casada com o capitão-mor Mathias Leite Penteado, que era proprietário de 102 escravos e de Ângela do Livramento, casada com o sargento-mor Antonio Duarte do Valle, com plantel de 25 escravos.

Essa extensa lista soma 81 escravos presentes apenas entre os filhos solteiros de Manoel da Roza Luiz ou 208, se acrescidas as posses das filhas casadas. Se o primeiro valor indica um vigoroso crescimento da propriedade - pois, passando de 55 para 81 cativos em 14 anos, a escravaria cresceu a uma taxa de 2,8% ao ano -, o último valor representa praticamente metade (49,5%) de todos os cativos presentes na vila de Apiaí, não incluindo os escravos do irmão do sargento-mor nem os cativos que teria recebido na partilha Rita de Oliveira Roza, a mais velha dos irmãos, possivelmente já falecida em 1798 e que se casou com Thomaz Dias Baptista, morador na freguesia de Iporanga. Esse caso ilustra, de forma elucidativa, a situação dos antigos escravistas apiaienses que, aproveitando o segundo surto mineratório, conseguiram ampliar sua riqueza (aqui medida em número de escravos). Também merecem destaque os mecanismos de ampliação da riqueza por meio das uniões conjugais entre as filhas de Manoel e outros jovens escravistas apiaienses, como o capitão-mor da vila, que nela aparece como residente no início da década de 1780.

Outro caso interessante é o do escravista João Manoel de Carvalho Dantas. Proprietário ausente em 1784, possuía então 45 escravos feitorizados pelo administrador Domiciano da Rocha e pelo feitor João Laurano. Seu plantel era constituído praticamente por escravos do sexo masculino (41 homens e apenas 4 mulheres), indicando possivelmente uma especialização nas

---

20 Maria Assunção da Roza não constava como moradora em 1798.

atividades extrativas. Em 1798 João Manoel foi anotado como morador em Apiaí, “minerador e senhor de engenho”, estabelecido com sua família e mais 60 escravos.

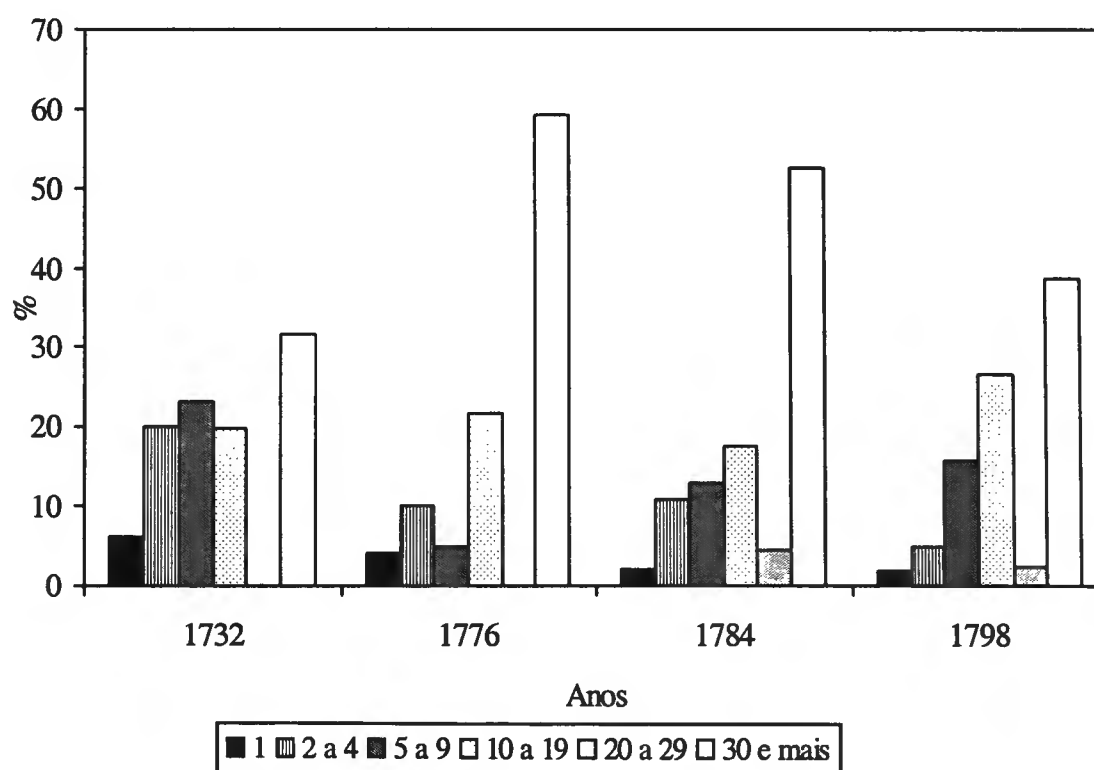
O caso desse escravista, além de indicar claramente a procura pela diversidade nas atividades tendo em vista o fim da mineração, evidencia também a incapacidade em manter sua propriedade com a mesma razão de sexo observada em 1784. Assim, entre os 60 escravos, encontravam-se 35 homens e 25 mulheres, mudança esta que deve ter propiciado a formação de ligações conjugais entre os escravos, registradas por meio de 8 casais, além de um cativo casado sem informe sobre o cônjuge. Em decorrência, pelo menos 21 escravos (35,0%) tinham menos de 15 anos, possivelmente filhos desses casais, uma vez que naquele ano as crianças não apareciam vinculadas aos pais. Nesse caso, a impossibilidade de manter as compras de cativos homens rendeu um efeito talvez inesperado, qual seja, a expansão de seu plantel por crescimento vegetativo.

Acompanhando a trajetória desse escravista após 1798, verificou-se que, em 1809, João Manoel, então com 63 anos, aparece como viúvo e sem nenhum dos filhos coabitando em seu fogo. Talvez por conta dessa ausência dos filhos sua posse tenha sido reduzida a 45 escravos. Percebe-se por meio da lista que esse plantel era basicamente composto por 7 famílias, isto é, uma a menos do que as presentes em 1798; aparentemente, pelo menos 4 dessas famílias eram as mesmas e as outras 3 teriam sido formadas por jovens escravos presentes em 1798. Em 1809 eram 24 homens e 20 mulheres, sendo 21 (47,7%) os escravos com menos de 15 anos; note-se ainda que não havia nenhum cativo com mais de 49 anos. Em 1816 o plantel atinge praticamente o mesmo tamanho de 1798, isto é, 59 escravos. Mediante a inspeção dos nomes e idades dos escravos, verificou-se que pelo menos 42 eram os mesmos que estavam presentes em 1809; 1 novo casal havia sido formado nesse intervalo. Os 34 homens e 25 mulheres tinham, em sua maioria (57,6%), menos de 15 anos, reafirmando os efeitos observados a partir de 1798 de crescimento do número de cativos por meio de mecanismos reprodutivos.

Por outro lado, apesar de as fontes aqui utilizadas nada referirem sobre o mercado de escravos, tudo indica que essa opção passou a ser exercida com frequência cada vez menor, exceto talvez no restrito âmbito local, conforme sugere o perfil dos escravistas para o ano de 1798 indicado no Gráfico IV. Ademais, é importante ressaltar o isolamento geográfico da vila de Apiaí em relação aos centros mais dinâmicos da Capitania, impossibilitando o contato mais constante com o emergente mercado paulista de bens e cativos. Mesmo não existindo essa limitação, as condições climáticas e do relevo - recorde-se que a localidade em apreço estava localizada no topo da Serra do Mar, em ambiente extremamente montanhoso e sujeito às intempéries climáticas vindas do sul do País - dificultavam o pleno estabelecimento de culturas agrícolas que pudessem substituir a renda obtida preteritamente pelo ouro extraído dos pouco favorecidos veios auríferos.

Observando agora a distribuição dos cativos entre as diferentes faixas de posse, verifica-se uma persistente concentração da posse escrava nos grandes plantéis, conforme mostra o Gráfico V.

**GRÁFICO V - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESCRAVOS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS - APIAÍ, 1732 A 1798**



Fonte: AESP.

Exceto em 1732, quando 63,0% dos escravos arrolados estavam presentes nas propriedades que variavam de 2 a 19 escravos - e, em consequência, a faixa de maior tamanho apresentou a menor participação observada: 31,7% -, nos demais anos os plantéis com 30 ou mais cativos congregavam a maior quantidade de escravos. Essa situação era mais acentuada em 1776 e 1784, com 59,3% e 52,4%, respectivamente. Em 1798, a quantidade de cativos presentes nos plantéis médios - de 10 a 29 cativos - retomou um perfil em certa medida semelhante ao verificado em 1732, pois 49,5% do efetivo concentrava-se na faixa de 2 a 19 cativos, apesar de guardar um perfil mais estreito com a observada em 1784.

Observando essa distribuição à luz dos eventos econômicos, percebe-se que a primeira fase de extração de ouro apresentou um caráter mais homogêneo na distribuição da posse cativa entre os proprietários. Esse fato poderia estar relacionado à condição de “igualdade” imposta pela legislação portuguesa na distribuição das datas minerais entre os interessados. Contudo, o principal motivo para tal desenho parece ser novamente a recente ocupação da região e o resultado das primeiras explorações, que permitiriam o enriquecimento rápido e o consequente acesso à compra de escravos.

Essa situação não ocorreu na segunda fase do ouro em Apiaí. Em primeiro lugar, é necessário recordar que episódio do “Morro do Ouro” deu-se quando já havia uma estrutura de posse - e bastante concentrada, ressalte-se - desde há muito assentada. Observando com maior detalhe as distribuições dos escravos em 1776 e 1784, verifica-se que em detrimento das faixas extremas, as intermediárias aumentaram ou tenderam a manter sua participação relativa, principalmente a de 5 a 9 escravos, que passou de 4,8% para 12,9% dos cativos. Entretanto, a principal característica, qual seja, a elevada concentração na maior faixa manteve-se presente nos quatro anos considerados. Note-se que em 1798 essa concentração foi mitigada pela emigração de parte dos escravistas e também por resultado de partilhas como a descrita anteriormente.

A presença de grandes plantéis em Apiaí foi detectada após o primeiro ciclo mineratório. Além do caso anteriormente citado de Manoel da Roza

Luiz, outro escravista que merece destaque é Francisco Xavier da Rocha, apontado por Azevedo Marques como fundador de Apiaí, tendo sido anteriormente

*“(...) capitão-mor num dos arraiais de Minas Gerais, de onde veio, segundo consta, com 150 escravos, entrando pelo lado de Paranapanema. O primeiro sítio onde fez residência foi no lugar chamado Capoeiras, distante duas léguas da povoação; daí alongou-se para os lados onde foi edificada a primeira povoação que chamou-se Santo Antonio das Minas.”*  
(MARQUES, 1980, p. 85)

Isso teria ocorrido em 1735 ou 1736, ano da instalação da freguesia de Apiaí. Na lista de capitação de 1735 estava indicado que Francisco Xavier da Rocha teria recolhido o tributo sobre 23 escravos. Em 1765 ele foi o recenseador da primeira lista de moradores elaborada para a freguesia de Apiaí, quando Francisco Xavier da Rocha possuía uma riqueza que totalizava Rs 5:200\$000, valor muito maior do que o possuído por qualquer outro apiaiense e bastante superior à média calculada por Alice Canabrava no período 1765/67, que era de Rs 106\$699 (cf. CANABRAVA, 1972, p. 101).

Durante o período de restauração da Capitania paulista, Francisco Xavier da Rocha exerceu importante papel na vila, assumindo o cargo de capitão-mor até a sua morte, provavelmente em 1778. No censo de 1776 constava que Rocha possuía 73 escravos, sendo o maior proprietário da localidade. A trajetória desse escravista, que conseguiu expandir e manter sua posse em um contexto entre-descobertos, permite vislumbrar a dinâmica durante esse período. Uma possível razão para isso seria o acesso diferenciado que os proprietários de maior envergadura teriam aos veios de ouro, que exigiria uso intensivo de mão-de-obra escrava. Essa condição parece predominar nas fases de menor intensidade da lide mineratória, quando sua extração exigiria uso intensivo de trabalho escravo. Em 1732 os 23 proprietários identificados como mineradores possuíam, em média, 8,0 escravos, enquanto os demais proprietários, 3,4 cativos. Em 1776 essa diferença era mais acentuada: 15,5 escravos por proprietário minerador *versus* 1,7

escravos para os demais. Em 1798 a posse média dos escravistas mineradores era igual a 20,0 escravos e dos demais, 5,0 escravos.

Tais diferenças reafirmam a distinção existente no grupo dos escravistas presentes em Apiaí, mostrando que o tamanho da posse era um fator seletivo para alçar uma condição privilegiada na estrutura econômica e social da vila. Essa diferenciação pode ser melhor examinada por meio dos valores expressos na Tabela I, que apresenta os principais indicadores de tendência central para a posse de escravos, assim como o índice de Gini.

*TABELA I – PROPRIETÁRIOS E ESCRAVOS: INDICADORES DE TENDÊNCIA CENTRAL E ÍNDICE DE GINI - APIAÍ, 1732, 1776, 1784 E 1798*

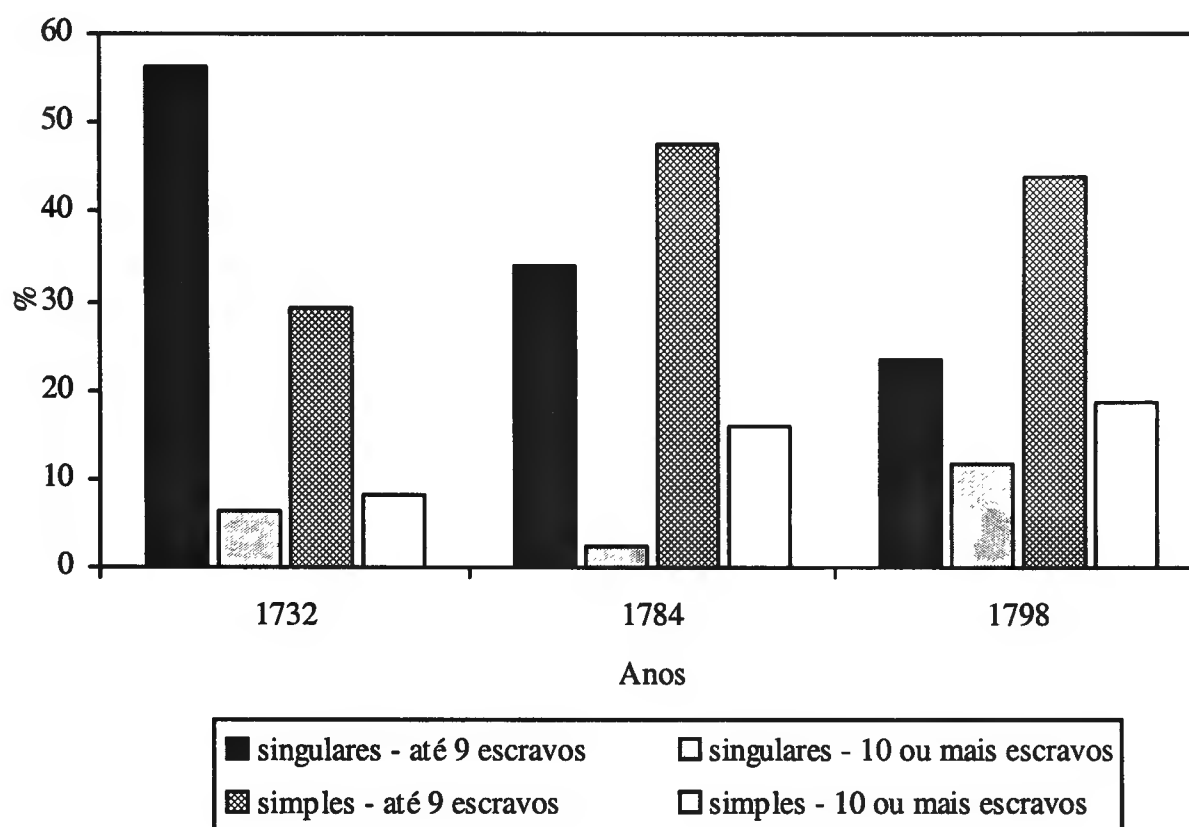
Anos	proprietários	escravos	média	mediana	moda	índice de Gini
1732	51	284	5,6	3	1	0,551
1776	20	273	9,3	2	1	0,704
1784	48	463	9,7	4	1	0,632
1798	37	419	11,3	6	1	0,631

Fonte: AESP.

Os crescentes valores médios e medianos indicam a tendência, já descrita, de concentração da posse cativa, que também pode ser verificada por meio dos elevados índices de Gini, principalmente a partir de 1776. Por outro lado, a classe modal manteve-se igual a 1 escravo em todos os anos, reafirmando, no quadro específico da vila de Apiaí, a segmentação entre os proprietários mineradores e os demais, que viviam nas lacunas tanto do processo extrativista como da produção de bens para consumo local.

Encerrando esta seção, apresenta-se o Gráfico VI, que acopla os resultados aqui discutidos sobre a estrutura de posse dos escravos com aqueles observados na seção anterior sobre a composição domiciliar em Apiaí. O confronto estabelecido incorpora os domicílios escravistas singulares e simples, distribuindo-os de acordo com duas faixas de tamanho dos plantéis: até 9 e com 10 ou mais escravos.

**GRÁFICO VI - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS DOMICÍLIOS ESCRAVISTAS SEGUNDO TAMANHO DA POSSE - APIAÍ, ANOS SELECIONADOS**



Fonte: AESP.

De forma análoga ao verificado para o conjunto das unidades domiciliares, os fogos escravistas também apresentaram o mesmo movimento de substituição dos domicílios singulares pelos simples: em 1732, a participação dos fogos singulares com escravos era de 62,6%, ao passo que os domicílios simples correspondiam a 37,4%. Tanto em 1784 como em 1798, estes apresentavam valores sempre acima de seis décimos (63,6% e 62,7%, respectivamente) *versus* 36,4% dos fogos singulares em 1784 e 35,3% em 1798.

Nesse sentido, destacam-se os domicílios singulares com até 9 cativos, cuja participação passou de 56,3% em 1732 para 23,5% em 1798. Aqueles com 10 ou mais escravos também sofreram uma redução entre 1732 e 1784 (de 6,3% para 2,3%), tendo em 1798 percebido uma significativa elevação, atingindo 11,6% do total de fogos escravistas.

A tendência detectada entre os domicílios singulares guarda evidente associação com os momentos mineratórios conhecidos pela localidade. Principal grupo presente na primeira fase das pesquisas auríferas, sua redução na participação relativa, acentuada entre os pequenos proprietários associados a esta categoria domiciliar, poderia apresentar maior intensidade na ausência da descoberta do “Morro do Ouro”. Ademais, conforme foi apontado anteriormente, a consolidação da vila de Apiaí refletiu de maneira significativa na redução do conjunto de unidades domiciliares singulares, independente da presença de escravos. Essa tendência, acompanhada parcialmente pelos fogos singulares com maiores plantéis, sofreu uma reversão em 1798. Parte desse aumento na participação relativa deve ser creditado ao processo de divisão de grandes plantéis, como o já citado caso da família de Manoel da Roza Luiz, que, no contexto histórico, pode ser compreendido como sendo mais um sinal inequívoco do estabelecimento das relações comunais em Apiaí.

Por outro lado, os domicílios simples com até 9 escravos, que em 1732 representavam 29,2% das unidades domiciliares, passaram a ser o principal grupo nos dois anos posteriores, atingindo marcas sempre acima dos 40,0%. Tal resultado também foi observado naqueles com 10 ou mais escravos, cuja participação, de 8,2% em 1732, atingiu 18,6% em 1798. Tais mudanças também guardam estreita correspondência com o quadro mais amplo descrito sobre a estrutura domiciliar.

Diante do exposto, parece desnecessário reafirmar a importância que a propriedade escrava passa a ter dentro dos domicílios simples em detrimento das unidades singulares. Vale reafirmar que essa transferência está plenamente inserida no contexto mais amplo da formação da vila de Apiaí, onde a posse de escravos passou a ser mantida e ampliada dentro das próprias famílias e nas alianças estabelecidas entre escravistas, aqui entendido como um dos principais fatores para a sobrevivência da escravidão na vila de Apiaí ao longo das primeiras quatro décadas do século XIX.<sup>21</sup>

---

21 A participação relativa da população escrava em Apiaí nesse período, apesar de decrescente, em valores absolutos revelam sua manutenção: em 1809 foram registrados 420 escravos; em 1816, 497. No ano de 1824, 363 escravos e em 1835, 305.



## APIAÍ NO CONTEXTO DAS LOCALIDADES MINERATÓRIAS

A trajetória da pequena vila de Apiaí guarda um caráter incomum para a capitania de São Paulo em função das ocorrências auríferas nos dois momentos já descritos nas páginas anteriores, propiciando um processo de concentração da posse escrava que as regiões mais dinâmicas do território piratiningano (Oeste Paulista e Vale do Paraíba) só conheceriam no século XIX.<sup>22</sup> Entretanto, essa situação é bastante relatada para as Minas Gerais, ainda que careça de investigação mais acurada sobre o auge do período mineratório. Esta seção é dedicada a uma aproximação entre os informes já expostos para Apiaí e aqueles tornados disponíveis pelas investigações encetadas, em especial, por Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa.

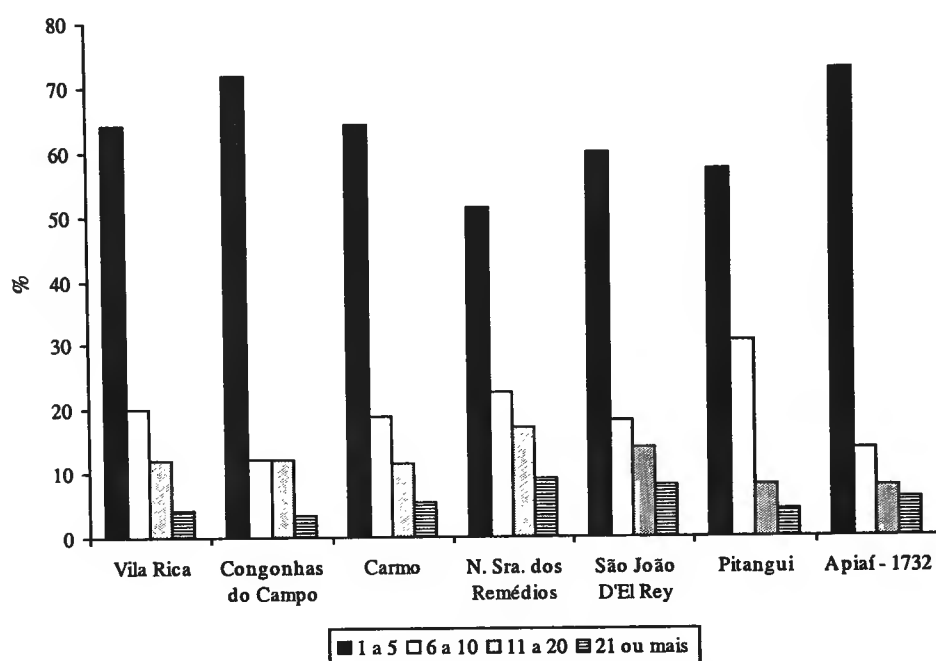
Em relação à estrutura de posse, destacam-se dois estudos conduzidos por Luna. O primeiro usa como fonte listas de capitação do ano de 1718 para três comarcas mineiras, abrangendo 2.120 proprietários e 14.665 escravos. Além de investigar as características vinculadas à posse dos cativos, pretendeu o autor “(...) evidenciar a relativa homogeneidade dos vários centros estudados; embora espacialmente distanciados, tais núcleos derivavam de raízes formativas assentes numa matriz sócio-econômica comum; o estágio de expansão, no qual se encontrava a mineração nas Gerais, em 1718, reforçava, a nosso ver, o caráter homogêneo que parecia existir na área em tela.” (LUNA, 1983, p. 26) Os valores apresentados por Luna apontam para a aludida homogenia: os pequenos proprietários (até 5 escravos) representavam, no total geral, 60,05% e detinham 22,61% dos escravos arrolados. No outro extremo, senhores com mais de 20 escravos (5,80% do total dos escravistas) possuíam 27,19% da força de trabalho cativa. O valor médio geral - 6,92 escravos por proprietário - representa aquele observado para a maioria das localidades; a frequência modal predominante correspondeu à unidade, enquanto o valor mediano variou principalmente entre 3 e 5 cativos. O indicador de concentração de posse também apontou poucas variações: o índice de Gini compreendeu valores entre 0,45 e 0,55 para a maioria das localidades (cf. LUNA, 1983, p. 29-32). As participações relativas tanto

---

22 Essa afirmação pode ser confrontada com os resultados apresentados por Francisco Vidal Luna que analisa parte significativa das vilas paulistas em 1777, 1804 e 1829. (LUNA, 1998, p. 153 e segs.)

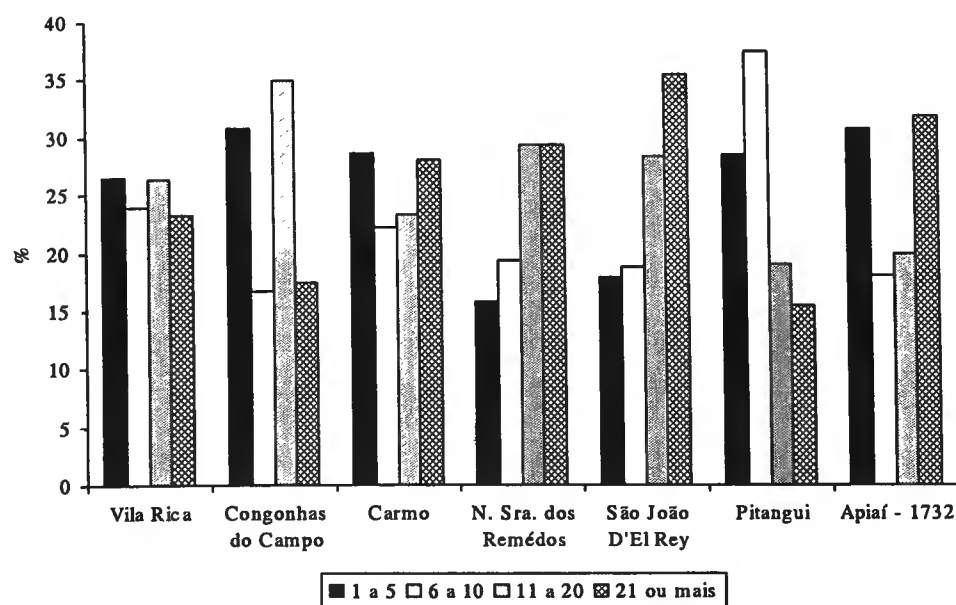
dos proprietários como dos escravos segundo faixas de tamanho dos plantéis para algumas das localidades estudadas por Luna podem ser visualizadas nos Gráficos VII e VIII.

**GRÁFICO VII - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PROPRIETÁRIOS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS - LOCALIDADES MINEIRAS, 1718; APIAÍ, 1732**



Fontes: LUNA (1983, p. 29) e AESP.

**GRÁFICO VIII - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESCRAVOS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS - LOCALIDADES MINEIRAS, 1718, APIAÍ, 1732**



Fontes: LUNA (1983, p. 30) e AESP.

Chama atenção a distribuição dos escravos em São João D'El Rey, relativamente mais concentrada nos maiores plantéis do que nas demais localidades, além de possuir o maior índice de Gini (0,567). Nesta localidade, verificou Vidal Luna participação relativamente menor de escravos sudaneses, ou seja, os mais valorizados; ademais, nesta vila registrou-se o “(...) maior o peso relativo dos índios entre os Coloniais; tal fato talvez esteja a demonstrar uma zona relativamente pobre - fato também realçado quando estudamos a estrutura de posse de escravos.” (LUNA, 1983, p. 38) O autor apresenta informes adicionais tanto para os escravistas como para os cativos. Sabe-se, por exemplo, que 97,36% dos proprietários e 91,50% dos escravos eram do sexo masculino. Além disso, 87,57% dos cativos eram africanos e, entre os coloniais, cerca de 40% eram índios. (LUNA, 1983, p. 36-37) Dessa forma, conclui o autor: “Pelos resultados apresentados, evidenciou-se uma sociedade na qual ocorria elevada participação dos elementos com reduzida escravaria e raros os indivíduos que compareceram com avultado número de cativos. Ademais, tanto nesse aspecto, como nas características dos proprietários e na composição da massa escrava, verificou-se relativa homogeneidade nas várias áreas estudadas.” (LUNA, 1983, p. 39-41)

Sobre uma das localidades estudadas - a vila de Pitangui -, com índice de Gini (0,403) relativamente menor do que os observados para as outras regiões, Tarcísio Rodrigues Botelho, ao manusear os dados para esta vila entre 1718 e 1724, sugere que tal período corresponderia ao crescimento explosivo e estabilidade da localidade que, até 1720, vivenciou uma série de motins em resposta à intervenção portuguesa. No período subsequente, isto é, entre 1722 e 1724, “(...) a região começa a conhecer uma diminuição de população escrava e uma desconcentração da riqueza.” (BOTELHO, 2000, p. 15) Este rápido ciclo pode ser verificado por meio dos indicadores calculados pelo autor: o número médio de escravos por proprietário, que em 1718 era igual 6,06, cresceu até 1722 (7,18) e sofreu uma pequena redução nos dois últimos anos, até chegar a 6,20 em 1724. O índice de Gini para os mesmos anos eram iguais a 0,397, 0,505 e 0,485, sendo o valor máximo atingido em 1723 (0,531). Ambas as reduções observadas a partir de 1723 (ou 1724, no caso do indicador de concentração da posse) parecem estar associadas com a redução da quantidade de escravos presentes nos maiores plantéis (20 ou mais cativos): em 1723, eles concentravam

32,9% do total arrolado nas listas de capitação e, em 1724, essa participação era igual a 21,2% (cf. BOTELHO, 2000, p. 14-15). No sentido de tentar qualificar a desconcentração da posse, especula o autor: *“Pode-se, pois, perguntar até que ponto o ‘apaziguamento’ da vila não foi uma decorrência da diminuição das atividades econômicas ligadas à mineração. Reforça esta perspectiva a constatação de que, a partir de Pitangui, saíram muitos dos mineiros que se dirigiram para os novos descobertos no Mato Grosso e Goiás.”* (BOTELHO, 2000, p. 15) Tal fato ajudaria a compreender a rápida mudança na estrutura de posse da localidade, causada especialmente pela emigração dos grandes escravistas. Ademais, a dinâmica captada no pequeno intervalo de tempo entre 1718 e 1724 sugere uma situação comum em outras localidades: a velocidade dos novos descobertos favoreceria a idéia subjacente de rápido deslocamento dos escravistas e suas posses, causando impactos imediatos sobre os indicadores de posse acima descritos.

Estes resultados apresentados para as Minas Gerais permitem uma primeira comparação com aqueles obtidos para a vila de Apiaí em 1732, momento mais próximo do primeiro evento aurífero (cf. Gráficos VII e VIII). Os pequenos proprietários da localidade paulista tinham maior participação (72,5%) e contavam com 30,6% da massa escrava; já os grandes escravistas (com mais de 20 cativos), representados em 5,9%, detinham 31,7% dos escravos. Em relação à média calculada por Luna, aquela observada em Apiaí era menor: 5,6 cativos/proprietário; já o índice de Gini evidencia um padrão de concentração semelhante à maioria das localidades mineiras (0,551, cf. Tabela I). Tais resultados parecem autorizar a extensão da homogeneidade sugerida por Luna ao pequeno povoamento paulista, sugerindo, em princípio, uma estrutura econômica que guarda íntima ligação com o evoluir decorrente das atividades mineratórias.

Se o período de maior intensidade da exploração do ouro favorecia a condição acima descrita, a fase subsequente de esgotamento dos veios parece indicar condições diversas de readequação das diversas localidades que vivenciaram tais episódios. Estas ilações aparecem de forma incontestável na investigação levada por Iraci Costa ao analisar a composição de parte da

população mineira a partir de dados obtidos de listas de moradores do ano de 1804.<sup>23</sup> A conjunção dos informes demográficos e econômicos permitiu ao autor descrever estruturas populacionais típicas e, ainda que tardias em relação ao apogeu das atividades auríferas, duas delas merecem especial atenção por ainda guardarem estreitos liames com a faina mineratória. O padrão **rural-minerador**, segundo Costa, “(...) fundava-se no predomínio quantitativo dos cativos. Os núcleos que a apresentavam marcavam-se por revelarem, vis-à-vis os demais centros, as maiores taxas de pessoas livres e os maiores valores médios de escravos, agregados e livres por domicílio.” (COSTA, 1981, p. 178) Já as localidades classificadas como **intermediárias** eram marcadas “(...) pela notória decadência da atividade aurífera - nele os faiscadores predominavam decisiva e claramente sobre os mineradores -, pelo desenvolvimento da agricultura de subsistência voltada para a comercialização e pela ocorrência da faina agrícola destinada ao autoconsumo.” (COSTA, 1981, p. 178)<sup>24</sup>

Na primeira das tipologias apresentadas, a participação dos livres na composição da população total variou entre 34% e 46%, ao passo que naquelas localidades classificadas por Costa como intermediárias esse percentual manteve-se em torno de 50%. Outro dado apontado pelo autor refere-se ao número médio de escravos por proprietário, que oscilava entre 13,1 e 32,0 para os escravistas presentes nas povoações rural-mineradoras e entre 6,5 e 7,7 nas intermediárias. Apesar de em todas as localidades predominarem homens, ressalta Costa: “Discrepância a merecer realce refere-se ao peso do sexo masculino nos centros especializados na mineração (77,6% e 83,4%) face aos vigorantes nos demais núcleos, nos quais a participação atingida pelos homens chegou a apenas 67,3%.” (COSTA, 1981, p. 181) Dessa forma, pode-se sintetizar as principais diferenças entre os tipos rural-minerador e intermediário por meio da maior participação do segmento populacional

---

23 As localidades estudadas por Costa são: Mariana, Passagem, Vila Rica, Furquim, São Caetano, Santa Luzia, Nossa Senhora dos Remédios Capela do Barreto, Abre Campo e Gama (cf. COSTA, 1981). Estas foram as mesmas áreas investigadas por Francisco Vidal Luna (LUNA, 1986), cujos resultados serão utilizados nas páginas seguintes.

24 Outras duas classificações são apontadas pelo autor, a urbana e a rural de autoconsumo, que não serão aqui consideradas.

livre, redução do número médio de escravos por domicílio e diminuição na razão de sexo entre os cativos.<sup>25</sup>

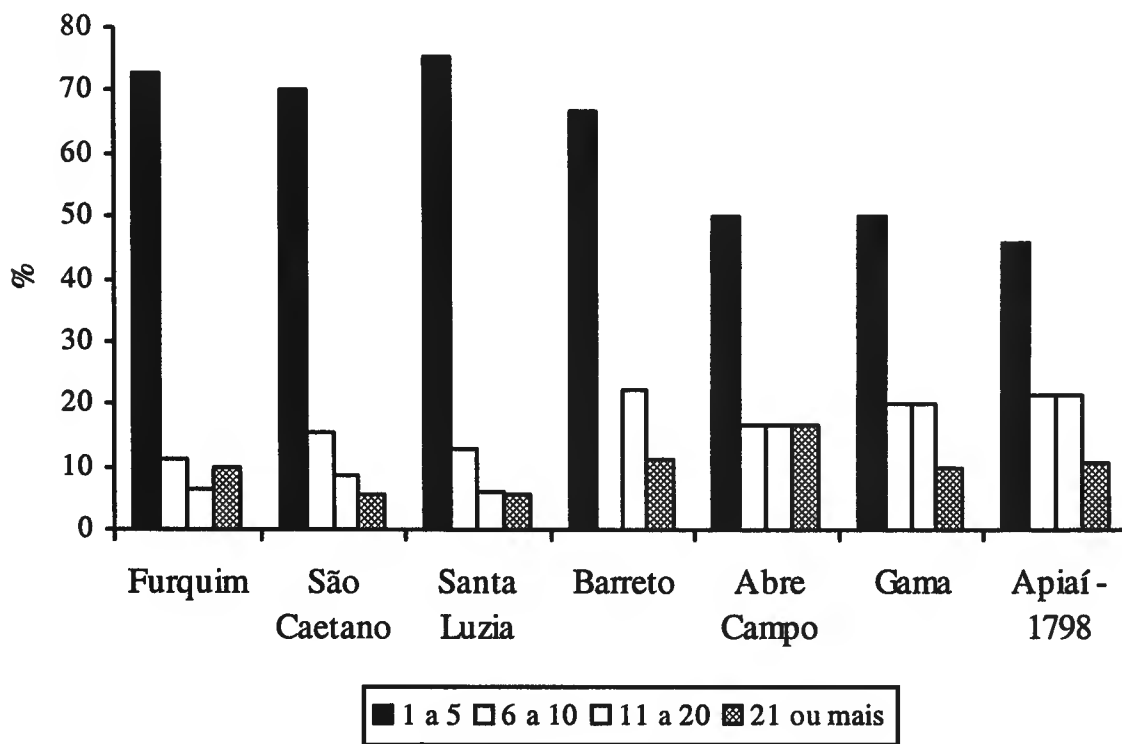
De outra parte, a investigação conduzida por Francisco Vidal Luna sobre a estrutura de posse de cativos nas mesmas áreas e para o mesmo ano reafirma as principais conclusões já evidenciadas por Costa: *“Apesar de uma mesma raiz formativa, cada uma delas, à medida que se consolidava como núcleo populacional, adquiria características próprias, a nosso ver, reafirmadas quando o empobrecimento se abateu sobre a região; cada área adaptou-se às suas próprias peculiaridades e potencialidades econômicas.”* (LUNA, 1986, p. 157)

As localidades classificadas como intermediárias (Furquim, São Caetano e Santa Luzia) registravam a presença de 1.182 proprietários e 7.342 escravos; aquelas agrupadas como rural-mineradoras (Capela do Barreto, Abre Campo e Gama), 44 escravistas e 472 cativos. A distribuição da posse entre os escravistas era relativamente distinta entre os dois grupos: nas intermediárias, entre 70% e 75% dos proprietários possuíam até 5 escravos, ao passo que nas outras, esse valor oscilou entre 50% e 66%. Em relação à quantidade de escravos possuídos, os pequenos proprietários (até 5 escravos) da tipologia intermediária detinham em torno de um quarto dos cativos e os grandes (21 ou mais escravos), de 36% a 54%; essas porcentagens nas comunidades rural-mineradoras eram, para os pequenos proprietários, de 8% a 19% e, para os grandes, de 47% a 53%. Os Gráficos IX e X comparam as localidades mineiras com a estrutura de posse dos proprietários presentes em Apiaí no ano de 1798, momento da decadência definitiva da faina aurífera na paragem paulista.

---

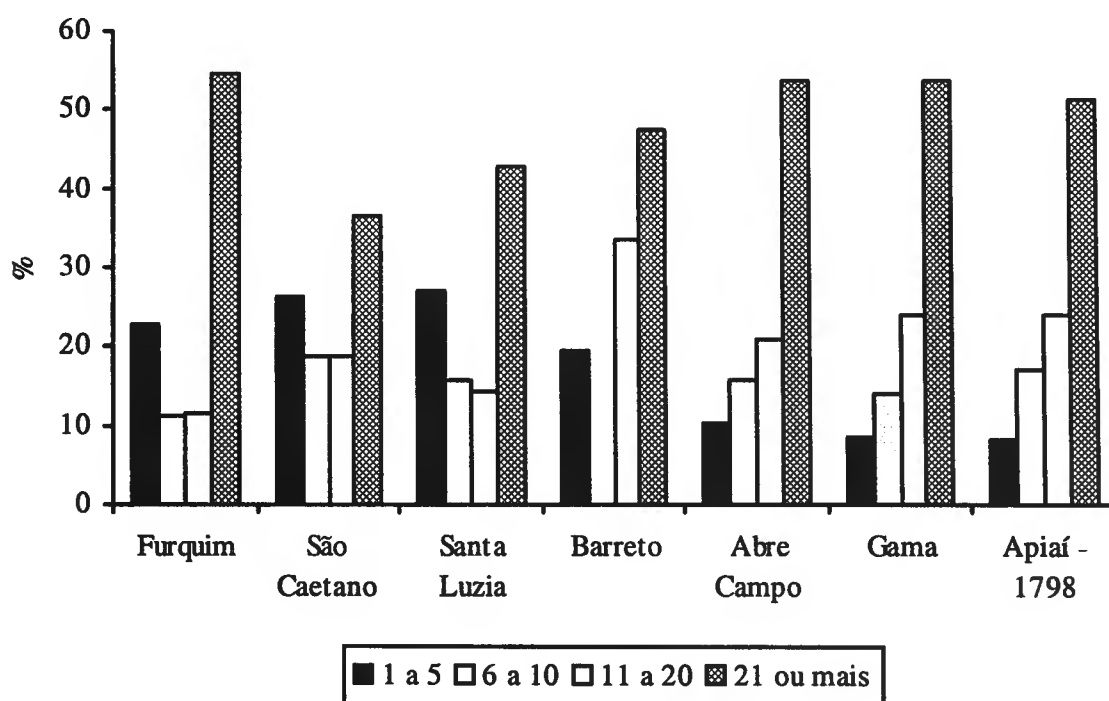
25 Também poder-se-ia considerar as diferenças na própria composição domiciliar, pois nas localidades do padrão rural-minerador a participação dos domicílios singulares era relativamente maior do que a observada nos povoados classificados como intermediários. Entretanto, cabe aqui ressaltar que todos os núcleos estudados por Iraci Costa tinham sua origem datada da primeira metade do século XVIII, não cabendo, portanto, qualquer ilação com a dinâmica proposta para a vila de Apiaí.

**GRÁFICO IX - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PROPRIETÁRIOS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS - LOCALIDADES MINEIRAS, 1804; APIAÍ, 1798**



Fontes: LUNA (1986, p. 164) e AESP.

**GRÁFICO X - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESCRAVOS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS - LOCALIDADES MINEIRAS, 1804, APIAÍ, 1798**



Fontes: LUNA (1986, p. 164) e AESP.

As distinções entre aquelas localidades que se definiam como agrícolas e as que mantinham alguma produção de ouro eram manifestas: por meio do Gráfico IX nota-se que a proporção de pequenos proprietários nas primeiras, talvez já engendrados com a lida agrícola, era mais elevada do que aquela observada nas rural-mineradoras, assim como em Apiaí. Essa desproporção guarda conformidade com a distribuição relativa dos cativos possuídos (Gráfico X): Furquim, São Caetano e Santa Luzia possuíam em comum uma distribuição que ressalta a importância dos pequenos escravistas quando comparados com os detentores de plantéis médios. Nota-se em Capela do Barreto, considerada por Costa como rural-mineradora, um quadro intermediário, enquanto que em Abre Campo e Gama há um perfil bastante assemelhado ao de Apiaí no ano de 1798. Os indicadores estatísticos ajudam a aproximação: o número médio de escravos possuídos nas vilas de transição oscilou entre 6,0 e 7,2; nas rural-mineradoras, entre 9,6 e 11,1, valor bem próximo ao encontrado para Apiaí em 1798 (11,3), assim como os valores medianos, sempre mais elevados nas áreas mineratórias (3,5-5,5 *versus* 2,5-3,0 escravos) e em Apiaí (6 escravos).

Em síntese, o quadro aqui descrito para as Minas Gerais delimita um dos possíveis contornos da transição entre a fase mineratória e os estágios posteriores e parece guardar estreita relação com os resultados apresentados para a vila de Apiaí: o crescimento relativo da população livre, a fixação e conformação de um núcleo de povoamento com atividades mineradoras, porém com forte presença das atividades de subsistência voltadas para o autoconsumo, o peso relativo dos jovens escravos nos anos próximos ao final da centúria ora enfocada e o aumento relativo das mulheres cativas são algumas das variáveis de caráter demográfico que permitem alinhar a referida aproximação. Ademais, características específicas à posse de escravos evidenciam impactos significativos sobre sua concentração, especificamente em relação ao auge e decadência dos surtos mineratórios: trata-se da relativa homogenia durante a primeira fase - já indicada em capítulos anteriores - e a semelhança com as comunidades rural-mineradoras - descritas por Costa e qualificadas por Luna - durante a decadência.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia paulista é relativamente menos provida de estudos sobre o comportamento demográfico e econômico durante o século XVIII. Neste artigo, apresentam-se alguns resultados sobre uma pequena localidade - Apiaí - que teve sua gênese e desenvolvimento atrelados à economia gerada pela exploração do ouro, enfocando a dinâmica da composição domiciliar ao longo de praticamente sete décadas e a estrutura da posse de escravos, em especial envolvidos na lide mineratória.

No tocante à constituição das unidades domiciliares, buscou-se associar a alteração nas posições relativas entre domicílios singulares e simples à gênese e sedimentação do núcleo populacional. Ademais, evidenciou-se a emergência de núcleos familiares compostos por casais com filhos, que passariam a compor a principal subcategoria presente, consubstanciando-se no fundamento para a manutenção da localidade em apreço.

A posse de cativos ao longo do período estudado mostrou-se reativa tanto aos condicionantes determinados pelo cíclico processo de exploração-arrefecimento da faina mineratória como à estruturação de grupos familiares que detinham esses escravos. Cabe ressaltar ainda a importância da reprodução natural entre os escravos, detectada principalmente no segundo episódio aurífero, como elemento subsidiário ao crescimento e permanência da escravidão em Apiaí.

Tais resultados indicam não apenas a relevância de cada uma das variáveis em tela para o entendimento do evoluir apiaiense, como também apontam para uma estreita inter-relação que, inserida no quadro histórico, permite desvendar aspectos que não são explicitados por meio de investigações transversais. Além disso, o cotejamento com algumas localidades mineiras revelou um elevado grau de similitude, sugerindo a necessidade de novas investigações que possam desembocar na ampliação dos padrões ora considerados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A escravidão nas Minas Gerais, c. 1720. *I Seminário de História Quantitativa e Serial*. ANPUH-MG, Ouro Preto, MG: 30 de novembro e 1 de dezembro de 2000.
- CANABRAVA, Alice Piffer. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV, v. 26, n. 4, p. 95-123, out./dez. 1972.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE-USP, 1981.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.
- GUTIÉRREZ, Horácio. A harmonia dos sexos: elementos da estrutura demográfica da população escrava no Paraná, 1800-1830. *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo: ABEP, v. 1, p. 35-52, 1986.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 31.
- LUNA, Francisco Vidal. Estrutura de posse de escravos em Minas Gerais. In: BARRETO, A. E. M. et al. *História econômica: ensaios*. São Paulo: IPE-USP, 1983 (Série Relatórios de Pesquisa, n. 13).
- \_\_\_\_\_. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804). In: COSTA, Iraci del Nero (Org.), *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE-USP, 1986 (Série Relatórios de Pesquisa, n. 27).
- \_\_\_\_\_. Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777 – 1829). *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 28, n. 1, p. 99-169, jan./mar. 1998.
- MADRE DE DEUS, Gaspar da. *Memórias para a história da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de São Paulo*. 3ª ed. São Paulo & Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1920.
- MAFFEI, Lucy de Abreu; NOGUEIRA, Arlinda Rocha. O ouro na Capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: Museu Paulista (USP), XX, p. 7-135, 1966.
- MARQUES, Manoel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo: seguidos dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980 (Reconquista do Brasil, nova série, v. 3-4).

OLIVEIRA JÚNIOR, Lourival B. de. A vila de Santo Antônio das Minas de Apiahy: um levantamento demo-econômico. *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*. São Paulo: AESP, v. 10, n. 1, p. 51-55, jan./jun. 1989.

PAIVA, Clotilde A.; KLEIN, Hebert S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 22, n. 1, p. 129-151, jan./abr. 1992.

---

O autor agradece os comentários dos pesquisadores do NEHD, em especial ao Prof. Dr. José Flávio Motta e ao Prof. Dr. Iraci Del Nero da Costa, assim como as sugestões dos pareceristas indicados pela editoria desta revista. Versões preliminares desse artigo foram apresentadas no XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2000 e no XXI Encontro Nacional da ANPUH, Niterói, 2001.

(Recebido em março de 2001. Aceito para publicação em agosto de 2001).